

**EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO**  
**12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)**  
**Cursos Gerais – Agrupamentos 3 e 4**

Duração da prova: 120 minutos  
2005

1.ª FASE

**PROVA ESCRITA DE INTRODUÇÃO AO DIREITO**

---

- É permitido o uso da Constituição da República Portuguesa **não anotada**, **5.ª Revisão Constitucional** (Lei Constitucional n.º 1/2001, de 12 de Dezembro) ou **6.ª Revisão Constitucional** (Lei Constitucional n.º 1/2004, de 24 de Julho).
- Esta prova é constituída por 4 grupos:
  - Grupo I, constituído por 5 itens, dos quais só deverá responder a 4;
  - Grupo II, constituído por 3 itens de resposta obrigatória;
  - Grupo III, constituído por 3 itens de resposta obrigatória;
  - Grupo IV, constituído por 2 temas em opção.
- Nos Grupos I e IV, dê atenção às instruções que antecedem os respectivos itens e temas.
- Todas as respostas deverão ser perfeitamente legíveis. Quando se verificar um engano, este deve ser riscado e corrigido à frente. Não é permitido o uso de corrector.

## I

Neste Grupo, após a leitura do texto, deverá responder **APENAS a 4** dos 5 itens apresentados. Se responder a todos os itens, só as quatro primeiras respostas serão classificadas.

Na nossa vida de todos os dias, entramos em contacto com o Direito, pois observamos espontaneamente muitas normas jurídicas. Mas é sobretudo quando a vida jurídica apresenta aspectos patológicos – violações de normas jurídicas – que tomamos mais aguda consciência da realidade jurídica e pensamos então em coisas tais como os códigos e as leis, os tribunais, a polícia, etc., etc.

J. Baptista Machado, *Introdução Ao Direito e ao Discurso Legitimador*,  
Livraria Almedina, 2002 (adaptado)

1. No nosso dia-a-dia observamos espontaneamente muitas normas jurídicas.  
**Indique** três características das normas jurídicas.
2. Para além da ordem jurídica, observamos, na nossa vida em sociedade, outras ordens sociais normativas.  
**Mencione** as outras três ordens sociais normativas.
3. A ordem jurídica é uma realidade social.  
**Refira** a importância da existência da ordem jurídica.
4. Pensamos em leis sobretudo quando a vida jurídica apresenta aspectos patológicos.  
**Diga** o que se entende por lei em sentido formal.
5. Os tribunais são órgãos de soberania.  
**Defina** a função jurisdicional exercida pelos tribunais.

## II

Neste grupo, **todos** os itens são de resposta obrigatória.

Tem-se verificado, tanto nas últimas legislaturas como na actual, que são cada vez menos as leis que têm origem na Assembleia da República. Já a quantidade de produção legislativa saída do Governo, sobre assuntos da competência legislativa da Assembleia da República, é muito mais expressiva.

*Público, 19.05.03 (adaptado)*

1. O termo «legislatura» está mencionado no texto.  
**Diga** o que se entende por legislatura.
2. A Constituição da República Portuguesa estabelece a competência legislativa da Assembleia da República e a do Governo.  
**Distinga** entre reserva absoluta e reserva relativa de competência legislativa da Assembleia da República.
3. A lei é uma fonte imediata de Direito.  
**Estabeleça a diferença** entre fontes imediatas e fontes mediatas de Direito.

### III

Neste grupo, **todos** os itens são de resposta obrigatória.

Leia com atenção o seguinte artigo do Código Civil.

#### Art.º 1367.º

*O proprietário de árvore ou arbusto contíguo a prédio de outrem ou com ele confinante pode exigir que o dono do prédio lhe permita fazer a apanha dos frutos, que não seja possível fazer do seu lado; mas é responsável pelo prejuízo que com a apanha vier a causar.*

Atendendo ao disposto no artigo acima transcrito, considere a seguinte situação:

Maria, engenheira de ambiente, decidiu afectar à agricultura biológica uma quinta que recebera em herança dos seus padrinhos. Com essa finalidade, contraiu um empréstimo bancário, no valor de 3000 euros, tendo negociado uma taxa de juro baixa. José, seu vizinho, ao tentar apanhar as laranjas dos ramos das suas laranjeiras que pendiam sobre parte da quinta de Maria, destruiu parcialmente uma cultura de ervas aromáticas. Perante esta situação, Maria pretende que José a indemnize.

1. Maria, para celebrar o contrato de empréstimo, tem de ter capacidade de exercício de direitos.  
**Defina** capacidade de exercício de direitos.
2. O empréstimo contraído por Maria é um contrato bilateral sinalagmático e oneroso.  
**Explique** estas duas características do contrato de empréstimo.
3. **Explícite**, com base no artigo transcrito, se Maria tem, ou não, direito à indemnização pedida, atendendo à responsabilidade que recai sobre José.

## IV

Este Grupo é constituído por dois temas de desenvolvimento.

Leia com atenção cada um dos temas propostos e responda **APENAS a UM deles**, à sua escolha. No caso de responder aos dois temas, só a primeira resposta será classificada.

### TEMA A

Em todas as sociedades desenvolvidas, a protecção do meio ambiente perfila-se hoje como um objectivo fundamental dos diversos ordenamentos jurídicos e da actividade política e económica dos poderes públicos constituídos. O ambiente e a sua defesa são, por isso, cada vez mais, uma questão do Direito e, como tal, uma questão de direito que carece de ser objecto das correspondentes soluções jurídicas adequadas, devidamente justificadas e legitimadas.

Alexandre Nuno Capucha, «Da intimação para um comportamento e sua articulação com a defesa do ambiente»,  
*Associação Académica da FDL*, 2001 (adaptado)

Analise o texto, relacionando-o com os seguintes aspectos:

- a necessidade de tutela jurídica da qualidade ambiental nas sociedades contemporâneas;
- o direito a um ambiente de vida sadio e ecologicamente equilibrado, como direito humano fundamental.

### TEMA B

«O Presidente da República deve ao Governo, qualquer que seja a sua natureza, uma cooperação institucional e merece deste uma atitude recíproca. Trata-se de exigências que derivam de um sentido responsável do exercício de poderes de soberania em Estado de direito democrático e de uma compreensão constitucionalmente adequada da separação e interdependência de funções no nosso sistema de governo, como também do respeito devido à vontade do eleitorado.»

Jorge Sampaio, prefácio para o sexto volume de «Portugueses», *Público*, 17.01.03

Analise o texto, relacionando-o com os seguintes aspectos:

- importância do Presidente da República, de acordo com as respectivas funções, estabelecidas na C.R.P.;
- o princípio da separação de poderes, num Estado de direito democrático.

**FIM**

**V.S.F.F.**

## COTAÇÕES

### I

1. ....	15 pontos
2. ....	15 pontos
3. ....	15 pontos
4. ....	15 pontos
5. ....	15 pontos
(4 × 15 pontos) .....	<u>60 pontos</u>

### II

1. ....	15 pontos
2. ....	20 pontos
3. ....	20 pontos
	<u>55 pontos</u>

### III

1. ....	15 pontos
2. ....	20 pontos
3. ....	20 pontos
	<u>55 pontos</u>

### IV

Tema A ou B .....	30 pontos
	<u>30 pontos</u>

**TOTAL** ..... **200 pontos**